

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.798.555 - SP (2019/0049695-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**RECORRENTE** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADOS** : PAULO ROBERTO JOAQUIM DOS REIS - SP023134  
DANIEL DE SOUZA - SP150587  
MARIA ELISA PERRONE DOS REIS TOLER - SP178060  
LUIZ FELIPE PERRONE DOS REIS - SP253676  
ELAINE EVANGELISTA - SP224891  
GRAZIELA ANGELO MARQUES FREIRE - SP251587  
DENISE LEONARDI DOS REIS - SP266766  
**RECORRIDO** : JOSEFINA RORATO SIMIONI  
**ADVOGADOS** : ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA - SP088538  
FABRÍCIO ASSAD - SP230865

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por BANCO DO BRASIL SA, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

*"AGRAVO REGIMENTAL - Ao Relator é permitido proferir decisão monocrática, cuja matéria é de entendimento consolidado no Superior Tribunal de Justiça - Inteligência do parágrafo 1-A, do artigo 557 do Código de Processo Civil - Pré- questionamento - Recursos improvidos" (fl. 533)*

Em suas razões recursais, a parte recorrente aponta violação dos arts. 20, § 3º, 267, inciso VI, 475-B, 535, inciso II, 586 do Código de Processo Civil de 1973; 95, 97 e 98 do Código de Defesa do Consumidor; e 16, da Lei 7.347/85, e divergência jurisprudencial, sustentando, em síntese: (a) a eficácia da sentença em cumprimento beneficia apenas os poupadores que eram associados ao IDEC à época da propositura da ação civil pública, e domiciliados no âmbito da competência territorial do órgão prolator; (b) necessidade de prévia liquidação da sentença proferida na ação civil pública; (c) não são devidos juros remuneratórios; (d) prescrição dos juros remuneratórios; (e) os juros de mora devem incidir desde a data da citação na fase de cumprimento de sentença; (f) a correção monetária deve se dar pelos índices da caderneta de poupança e não pelos índices da tabela prática do Tribunal, uma vez que os poupadores não podem receber mais do que se tivessem deixado os valores na poupança; e (g) não cabe pagamento de honorários advocatícios em

cumprimento de individual de sentença coletiva, porquanto se trata apenas de continuação da fase de conhecimento.

Apresentadas contrarrazões às fls. 638/679.

É o relatório.

De início, cumpre salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado 2 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça"*.

A Corte local acolheu os fundamentos da decisão monocrática do Desembargador Relator de que a eficácia da sentença proferida na Ação Civil Pública não se restringe à área da Comarca ou do Estado em que foi proferida, e de que os recorridos não precisam comprovar a filiação ao IDEC para promover a execução individual, *in verbis*:

*"A credora é titular da pretensão deduzida em juízo, qual seja receber o saldo da conta-poupança nº 15.008.963-1, mantida junto à ré, referente ao mês de janeiro do ano de 1989 .*

*Assim, por se tratar da execução individual, o foro competente pode ser tanto os respectivos domicílios dos recorridos, quanto a localidade onde foi processada a ação condenatória, de modo que constitui faculdade da parte a escolha do local onde promoverá tal fase processual.*

*(...)*

*É certo que a eficácia do r. decisum não se restringe à área da Comarca ou do Estado em que foi proferido, vez que o principal objetivo da ação civil pública é evitar a multiplicidade de ações decorrentes do mesmo fato."* (fls. 446/447, g.n.)

*(...)*

*Além disso, a credora não precisava comprovar a filiação ao IDEC, para promover a execução individual."* (fls. 446/448, g.n.)

A orientação está em consonância com o entendimento consolidado da Segunda Seção desta Corte, no julgamento dos REsp's nºs 1.243.887/PR e 1.391.198/RS, sob o rito dos recursos repetitivos, que estabelecem que a sentença proferida na ação civil pública, determinando o pagamento das diferenças decorrentes de expurgos inflacionários sobre cadernetas de poupança, é aplicável, por força da coisa julgada, indistintamente a todos os poupadores da instituição financeira, independentemente de residirem ou estarem

domiciliados no órgão prolator, e que, em atenção à força da coisa julgada, os poupadores ou seus sucessores detêm legitimidade ativa para ajuizarem o cumprimento individual da sentença coletiva proferida na Ação Civil Pública n. 1998.01.1.016798-9, independentemente de fazerem parte ou não dos quadros associativos do Idec. Os repetitivos restaram assim ementados:

*"DIREITO PROCESSUAL. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA (ART. 543-C, CPC). DIREITOS METAINDIVIDUAIS. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. APADECO X BANESTADO. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. EXECUÇÃO/LIQUIDAÇÃO INDIVIDUAL. FORO COMPETENTE. ALCANCE OBJETIVO E SUBJETIVO DOS EFEITOS DA SENTENÇA COLETIVA. LIMITAÇÃO TERRITORIAL. IMPROPRIEDADE. REVISÃO JURISPRUDENCIAL. LIMITAÇÃO AOS ASSOCIADOS. INVIABILIDADE. OFENSA À COISA JULGADA.*

*1. Para efeitos do art. 543-C do CPC:*

*1.1. A liquidação e a execução individual de sentença genérica proferida em ação civil coletiva pode ser ajuizada no foro do domicílio do beneficiário, porquanto os efeitos e a eficácia da sentença não estão circunscritos a lindes geográficos, mas aos limites objetivos e subjetivos do que foi decidido, levando-se em conta, para tanto, sempre a extensão do dano e a qualidade dos interesses metaindividuais postos em juízo (arts. 468, 472 e 474, CPC e 93 e 103, CDC).*

*1.2. A sentença genérica proferida na ação civil coletiva ajuizada pela Apadeco, que condenou o Banestado ao pagamento dos chamados expurgos inflacionários sobre cadernetas de poupança, dispôs que seus efeitos alcançariam todos os poupadores da instituição financeira do Estado do Paraná. Por isso descabe a alteração do seu alcance em sede de liquidação/execução individual, sob pena de vulneração da coisa julgada. Assim, não se aplica ao caso a limitação contida no art. 2º-A, caput, da Lei n. 9.494/97.*

*2. Ressalva de fundamentação do Ministro Teori Albino Zavascki.*

*3. Recurso especial parcialmente conhecido e não provido"*

*(REsp n. 1.243.887/PR, Relator **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/10/2011, DJe 12/12/2011, g.n.).*

*"AÇÃO CIVIL PÚBLICA. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DA 12ª VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA/DF*

NA AÇÃO CIVIL COLETIVA N. 1998.01.1.016798-9 (IDEC X BANCO DO BRASIL). EXPURGOS INFLACIONÁRIOS OCORRIDOS EM JANEIRO DE 1989 (PLANO VERÃO). EXECUÇÃO/LIQUIDAÇÃO INDIVIDUAL. FORO COMPETENTE E ALCANCE OBJETIVO E SUBJETIVO DOS EFEITOS DA SENTENÇA COLETIVA. OBSERVÂNCIA À COISA JULGADA.

**1. Para fins do art. 543-C do Código de Processo Civil: a) a sentença proferida pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF, na ação civil coletiva n. 1998.01.1.016798-9, que condenou o Banco do Brasil ao pagamento de diferenças decorrentes de expurgos inflacionários sobre cadernetas de poupança ocorridos em janeiro de 1989 (Plano Verão), é aplicável, por força da coisa julgada, indistintamente a todos os detentores de caderneta de poupança do Banco do Brasil, independentemente de sua residência ou domicílio no Distrito Federal, reconhecendo-se ao beneficiário o direito de ajuizar o cumprimento individual da sentença coletiva no Juízo de seu domicílio ou no Distrito Federal;**

**b) os poupadores ou seus sucessores detêm legitimidade ativa - também por força da coisa julgada -, independentemente de fazerem parte ou não dos quadros associativos do Idec, de ajuizarem o cumprimento individual da sentença coletiva proferida na Ação Civil Pública n. 1998.01.1.016798-9, pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF.**

**2. Recurso especial não provido"**

(REsp 1.391.198/RS, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/8/2014, DJe 2/9/2014, g.n.)

No que tange à utilização da tabela prática, o Tribunal *a quo* entendeu ser aplicável os índices oficiais de correção monetária aos valores devidos, consignando que não se tratam de acréscimo na condenação, mas de reposição do valor da moeda, corrigido pela inflação, nos seguintes termos:

**"Outrossim, a correção monetária da dívida não constitui "plus" ou penalidade à devedor a, mas tão-somente reposição do real valor da moeda, corrigido pela inflação.**

**A Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo foi criada par a promover a segurança jurídica através da uniformização dos fatores de atualização, sendo que referida tabela contempla os expurgos inflacionários e a correção monetária de acordo com índices oficiais .**

*Dessa forma, são aplicáveis os mencionados índices para a atualização monetária do débito, por serem mais adequados e refletirem a verdadeira inflação, bem como as alíquotas mais adequadas à época." (fl. 451, g.n.)*

A orientação está em consonância com o entendimento do STJ, consolidado em sede de recurso repetitivo, de que incidem expurgos inflacionários posteriores, a título de correção monetária, na execução de sentença que reconhece o direito aos expurgos. O julgado restou assim ementado:

**"DIREITO CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PLANO VERÃO. EXECUÇÃO. INCLUSÃO DE EXPURGOS INFLACIONÁRIOS SUBSEQUENTES. CABIMENTO. CORREÇÃO MONETÁRIA PLENA.**

**1. Para efeitos do art. 543-C do CPC: "Na execução de sentença que reconhece o direito de poupadores aos expurgos inflacionários decorrentes do Plano Verão (janeiro de 1989), *incidem os expurgos inflacionários posteriores a título de correção monetária plena do débito judicial*, que terá como base de cálculo o saldo existente ao tempo do referido plano econômico, e não os valores de eventuais depósitos da época de cada plano subsequente".**

**2. Recurso especial não provido.**

(REsp 1314478/RS, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/05/2015, DJe 09/06/2015, g.n.)

Com relação ao termo inicial dos juros de mora, o Tribunal determinou sua incidência a partir da data da citação na ação civil pública, nos seguintes termos:

*"Com relação aos juros da mora, dispõe o artigo 405 do Código Civil Brasileiro:*

*"Art. 405 . Contam-se os juros de mora desde a citação inicial".*

*Como leciona o professor Luiz Antonio Scavone Júnior :*

*"A lei é clara e somente autoriza a contagem de juros moratórios com a citação inicial , não fazendo mais qual quer distinção entre obrigações líquidas ou ilíquidas, condicionando sua contagem, em qualquer caso, à existência de ação proposta pelo credor em face do devedor".*

*Destarte, a **devedora incidiu em mora na data da sua citação na ação civil pública**, razão pela qual a percepção dos juros moratórios, oriundos da diferença da correção monetária da caderneta de poupança, referente ao mês de janeiro do ano 1989, é devida desde então à recorrida." (fls. 450/451, g.n.)*

A orientação está em consonância com o entendimento consolidado da Segunda Seção desta Corte, no julgamento do REsp 1.361.800/SP, sob o rito dos recursos repetitivos, que consolidou o entendimento de que nas execuções individuais de sentença coletiva, os juros de mora incidem a partir da citação do devedor na fase de conhecimento da ação civil pública. O julgado restou assim ementado:

**"AÇÃO CIVIL PÚBLICA - CADERNETA DE POUPANÇA - PLANOS ECONÔMICOS - EXECUÇÃO - JUROS MORATÓRIOS A PARTIR DA DATA DA CITAÇÃO PARA A AÇÃO COLETIVA - VALIDADE - PRETENSÃO A CONTAGEM DESDE A DATA DE CADA CITAÇÃO PARA CADA EXECUÇÃO INDIVIDUAL - RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.**

*1.- Admite-se, no sistema de julgamento de Recursos Repetitivos (CPC, art. 543-C, e Resolução STJ 08/98), a definição de tese uniforme, para casos idênticos, da mesma natureza, estabelecendo as mesmas consequências jurídicas, como ocorre relativamente à data de início da fluência de juros moratórios incidentes sobre indenização por perdas em Cadernetas de Poupança, em decorrência de Planos Econômicos.*

*2.- A sentença de procedência da Ação Civil Pública de natureza condenatória, condenando o estabelecimento bancário depositário de Cadernetas de Poupança a indenizar perdas decorrentes de Planos Econômicos, estabelece os limites da obrigação, cujo cumprimento, relativamente a cada um dos titulares individuais das contas bancárias, visa tão-somente a adequar a condenação a idênticas situações jurídicas específicas, não interferindo, portando, na data de início da incidência de juros moratórios, que correm a partir da data da citação para a Ação Civil Pública.*

*3.- Dispositivos legais que visam à facilitação da defesa de direitos individuais homogêneos, propiciada pelos instrumentos de tutela coletiva, inclusive assegurando a execução individual de condenação em Ação Coletiva, não podem ser interpretados em prejuízo da realização material desses direitos e, ainda, em detrimento da própria finalidade da Ação Coletiva, que é prescindir do ajuizamento individual, e contra a confiança na efetividade da Ação Civil Pública, O que levaria ao incentivo à opção pelo ajuizamento individual e pela judicialização multitudinária, que é de rigor evitar.*

**3.- Para fins de julgamento de Recurso Representativo de Controvérsia (CPC, art. 543-C, com a redação dada pela Lei 11.418, de 19.12.2006), declara-se consolidada a tese seguinte: "Os juros de mora incidem a partir da citação do devedor na fase de conhecimento da Ação Civil Pública, quando esta se fundar**

***em responsabilidade contratual, se que haja configuração da mora em momento anterior." 4.- Recurso Especial improvido."***

(REsp 1361800/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Rel. p/ Acórdão **Ministro SIDNEI BENETI**, CORTE ESPECIAL, julgado em 21/05/2014, DJe 14/10/2014, g.n.)

Com relação aos honorários advocatícios, esta Corte já reconheceu a possibilidade de fixação em cumprimento individual de sentença proferida em sede de ação civil pública, incidindo o óbice da Súmula 83/STJ. Nesse sentido:

***"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. CABIMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM EXECUÇÕES DE SENTENÇAS ORIUNDAS DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. REVISÃO DO VALOR DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. RAZÕES RECURSAIS INSUFICIENTES. AGRAVO DESPROVIDO.***

***1. É cabível a fixação de honorários advocatícios nas execuções individuais advindas de ação civil pública ou ação coletiva.***

***2. A revisão do valor arbitrado para os honorários advocatícios fixados com base no art. 20, § 4º, do CPC/1973 esbarra no óbice da Súmula 7/STJ.***

***3. Razões recursais insuficientes para a revisão do julgado.***

***4. Agravo interno desprovido."***

(AgInt no AREsp 969.604/MT, Rel. **Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/09/2017, DJe 02/10/2017, g.n.)

No que tange aos juros remuneratórios, o Tribunal de origem, ao manter a sua incidência no mês de fevereiro de 1989, consignou que *"como a instituição financeira aduziu que o aludido encargo é devido, ao menos no que tange ao mês de fevereiro de 1989, par a evitar a prolação de decisão ultra petita, sua incidência fica adstrita a este período"* (fl. 453). Contudo, tal fundamento, autônomo e suficiente à manutenção do v. acórdão recorrido, não foi impugnado nas razões do recurso especial, convocando, na hipótese, a incidência da Súmula 283/STF, segundo a qual *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles"*.

Assiste razão ao recorrente, contudo, no que tange à necessidade de prévia liquidação da sentença coletiva.

O Tribunal a quo acolheu os fundamentos da decisão monocrática do Desembargador Relator de que não é necessária a prévia liquidação individual da sentença proferida na ação coletiva. Confira-se:

*"No que concerne à suscitada necessidade da prévia liquidação, estabelece o artigo 475-B do Código de Processo Civil:*

*"Art. 475-B. Quando a determinação do valor da condenação depender apenas de cálculo aritmético, o credor requererá o cumprimento da sentença, na forma do art. 475-J desta Lei, instruindo o pedido com a memória discriminada e atualizada do cálculo."*

*A respeito do tema, o jurista Araken de Assis afirmou:*

*"A rigor, contendo a sentença todos os elementos necessários para efetuar o cálculo, não há iliquidez. Esta hipótese corresponde, no direito português, à liquidação pelo exequente: na petição inicial da execução, utilizando os dados do próprio título, o credor apresenta memória de cálculo".*

*E, tal como elucida o doutrinador José Miguel Garcia Medina:*

***"É possível a apuração do valor por mero cálculo, também em se tratando de sentença proferida em ações coletivas, a despeito do que dispões o art. 95 da Lei 8078/1990.***

*É o que pode ocorrer, por exemplo, em sentença que tenha condenado o Instituto de Previdência a pagar, a cada um dos aposentados, uma quantia específica, atualizada a partir de determinada data. Nesse caso, dependendo a apuração do valor devido de mero cálculo, não terá lugar a ação de liquidação anterior à ação de execução. O valor poderá ser apurado tomando-se por base apenas o que dispõe o art. 475-B do CPC".*

***Conforme planilha de cálculos acostada às fls. 74/80, a apuração do quantum debeatur depende de meros cálculos aritméticos, razão pela qual a prévia liquidação do julgado é desnecessária."***  
(fls. 247/248, g.n.)

Contudo, tal entendimento está em confronto com a jurisprudência do STJ, segundo a qual é necessária a prévia liquidação de sentença proferida em ação coletiva para apuração do *an debeatur* e do *quantum debeatur*, sob pena, inclusive, de indeferimento liminar do pedido de execução do título executivo judicial. Nesse sentido:

***"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL COLETIVA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA ILÍQUIDA. FASE DE LIQUIDAÇÃO. NECESSIDADE. TEMAS 481 E 482 DO STJ.***

***1. A sentença genérica prolatada no âmbito da ação civil***



*coletiva, por si, não confere ao vencido o atributo de devedor de "quantia certa ou já fixada em liquidação" (art. 475-J do CPC), porquanto, "em caso de procedência do pedido, a condenação será genérica", apenas "fixando a responsabilidade do réu pelos danos causados" (art. 95 do CDC). A condenação, pois, não se reveste de liquidez necessária ao cumprimento espontâneo do comando sentencial, não sendo aplicável a reprimenda prevista no art. 475-J do CPC (REsp 1247150/PR, Corte Especial, DJe 12/12/2011.)*

*2. Hipótese que se subsume à matéria julgada sob o rito dos recursos repetitivos.*

*3. Agravo interno no agravo em recurso especial não provido."*

(AgInt no AREsp 1121948/SP, Rel. **Ministra NANCY ANDRIGHI**, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 19/12/2017, g.n.)

*"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. NECESSIDADE. REGULARIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO. POSSIBILIDADE. AGRAVO DESPROVIDO.*

*1. Há necessidade de prévia liquidação de sentença proferida na ação coletiva para apuração do an debeatur e do quantum debeatur, sob pena, inclusive, de indeferimento liminar do pedido de execução do título executivo judicial. Entendimento firmado no REsp n. 1.247.150/PR (art. 534-C do CPC/1973). É possível que instâncias ordinárias regularizem o vício formal, notadamente quando ausente qualquer prejuízo para a instituição financeira devedora.*

*2. Agravo interno desprovido."*

(AgInt no AREsp 991.977/MS, Relator **Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/12/2016, DJe 03/02/2017. g.n.)

*"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IDEC. CADERNETA DE POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. SENTENÇA. PRÉVIA LIQUIDAÇÃO. NECESSIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO.*

*1. De acordo com o entendimento desta Corte, é necessária a liquidação da sentença genérica proferida em ação civil pública para a definição da titularidade do crédito e do valor devido. Precedentes.*

*2. Agravo interno a que se nega provimento."*

(AgInt no REsp 1593751/DF, Relator **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 09/08/2016, DJe

16/08/2016, g.n.)

**"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC) - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE - EXECUÇÃO DE SENTENÇA COLETIVA PROFERIDA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA INTENTADA PELO IDEC CONTRA O BANCO DO BRASIL S/A - INEXISTÊNCIA DE PRÉVIA LIQUIDAÇÃO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU DO AGRAVO PARA DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. INSURGÊNCIA DOS EXEQUENTES.**

*1. Inviável nesta fase processual alegar óbices atinentes à admissibilidade dos recursos interpostos no âmbito das instâncias ordinárias, seja em razão da preclusão consumativa, seja em virtude de o Tribunal de origem ter analisado as temáticas postas a julgamento no agravo regimental, dele conhecendo para lhe negar provimento, o que denota não ter aquela Corte estadual constatado qualquer irregularidade no tocante à admissibilidade do recurso apresentado, o que afasta a alegada violação ao princípio da dialeticidade.*

*2. Esta Corte Superior tem entendimento assente no sentido de que inviável a instauração direta da execução individual/cumprimento de sentença, sem prévia prova quanto à existência e extensão do crédito vindicado pelo consumidor, pois a sentença genérica proferida na ação civil coletiva ajuizada pelo IDEC - Instituto de Defesa do Consumidor, que condenou o Banco do Brasil S/A ao pagamento dos expurgos inflacionários sobre cadernetas de poupança, por si, não confere ao vencido a posição de devedor de quantia líquida e certa, haja vista que a procedência do pedido determinou tão somente a responsabilização do réu pelos danos causados aos poupadores, motivo pelo qual a condenação não se reveste da liquidez necessária ao cumprimento espontâneo do comando sentencial, sendo necessário ao interessado provar sua condição de poupador e, assim, apurar o montante a menor que lhe foi depositado. Precedentes.*

*3. Agravo regimental desprovido."*

(AgRg no AREsp 536.859/SP, Relator **Ministro MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 16/09/2014, DJe 24/09/2014, g.n.)

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial para determinar a realização da prévia liquidação da sentença coletiva.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 20 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator